

Sistema Único de Arrecadação Centralizada (Bilhetagem)

Audiência na Câmara Municipal de São Paulo

julho de 2017

Dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica atual

O Sistema de Bilhetagem integra o transporte público municipal (ônibus) e estadual (trilhos) de São Paulo

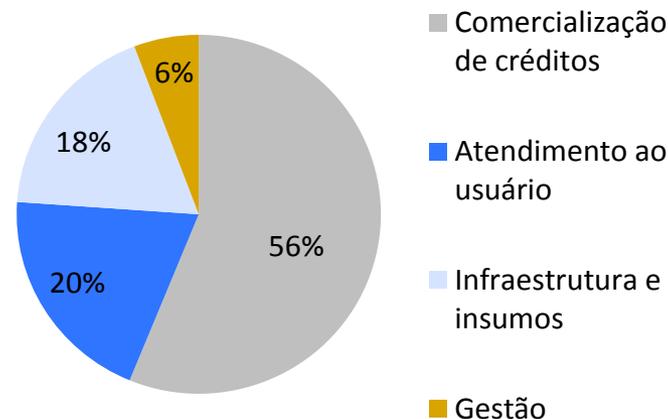
Bilhete Único

- ~14,4 milhões de cartões ativos¹
- ~13,6 milhões de viagens/dia
- Movimentação de ~R\$ 7,3 bilhões/ano
 - ~R\$ 4,5 bi para ônibus
 - ~R\$ 2,8 bi para trilhos

Custo em 2016

- Custo Bruto total: ~R\$ 237,6 milhões
- Receitas do sistema²: ~R\$ 77,7 milhões
- Custo Líquido: ~R\$ 159,8 milhões
 - Município: ~R\$ 106,7 milhões (67%)
 - Estado: ~R\$ 53,1 milhões (33%)

Detalhamento do Custo Bruto



1. Nos últimos 12 meses

2. Comissão VT, aquisição ou renovação de BU estudante/professor por instituições de ensino.

Dificuldades atuais do Sistema de Bilhetagem Eletrônica

1 Sistema gera custos para a Administração Municipal

- Poucos serviços agregados
- Reduzida exploração comercial

2 Sistema e processos com pouca renovação tecnológica

- Falta de serviços modernos de interação com o usuário
- Licitações demoram e fraude não espera

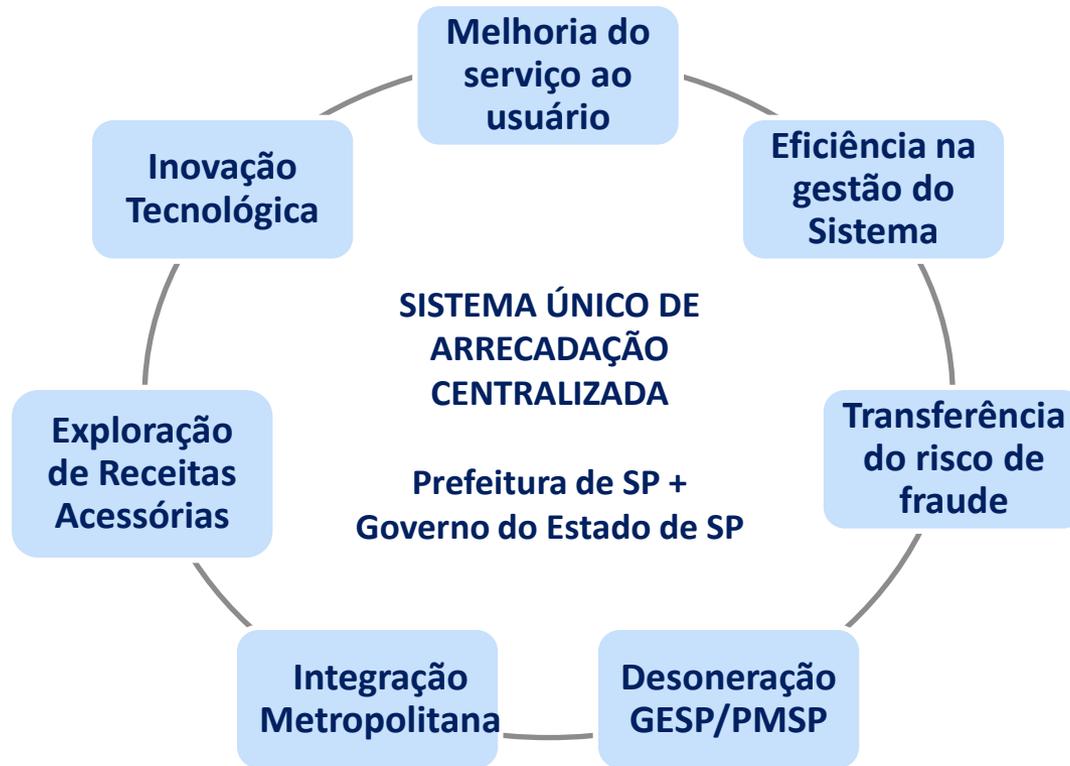
3 Problemas com fraudes

- Criação de créditos falsos e clonagem de cartões
- Falhas de segurança em aplicativos e protocolos



Objetivos do projeto

O principal objetivo refere-se à melhoria na experiência do usuário do Sistema de Transporte Público



Política tarifária não será concedida

Pagamento às empresa de ônibus continuará sendo feito pela SPTrans

Garantia da privacidade dos usuários

Desoneração anual estimada

R\$ 106,7 milhões/ano

Projetos que poderão ser viabilizados

- **8.640** vagas em creches; ou
- **86** novas UBSs; ou
- **9.000** câmeras de vigilância; ou
- **Redução do custo com subsídio ao transporte público**

Novos serviços e parcerias

- Maior agilidade para compra de créditos e recarga
- Uso de smartphones, cartões de débito e crédito para transporte
- Uso de Bilhete Único para mais finalidades
- Potenciais interessados: instituições financeiras, operadoras de sistema de pagamentos, empresas de tecnologia e similares

1ª etapa: Procedimento de Manifestação de Interesse

PMI focado em **receitas acessórias** para identificar a viabilidade econômico-financeira do projeto como **concessão comum**

Estudos

- Potencial de exploração de receitas acessórias
 - Levantamento das possibilidades em termos de receitas
 - Viabilidade econômico-financeira de cada linha de receita
 - Premissas
 - Tecnologias necessárias para a exploração de cada receita

Diretrizes

- Premissas:
 - **Preservação da privacidade do usuário**
 - Poder Concedente com **acesso em tempo real aos dados** de transporte
 - Assunção das atividades de gestão, operação e manutenção do Sistema Único de Arrecadação Centralizada desde o início do prazo da parceria
- Vedações:
 - **Cobrança de tarifas dos usuários** para carga e/ou recarga dos créditos
 - Alterações na Política Tarifária do Sistema de Transporte
 - Redução da capilaridade do sistema de carga e recarga dos créditos
 - Exclusividade na comercialização dos créditos

OBRIGADO

SMDP
11 3115-1992



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DESESTATIZAÇÃO
E PARCERIAS